



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

CONTRATO Nº. 037.2018-A

MJ DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POL. FEDERAL EM CRUZ DO SUL
Recebi em 06/08/2018
Elisandra B. Silva

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE
SI CELEBRAM, O DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E
INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI,
na forma abaixo:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO – DEPASA, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei n.º 1.248, de 04 de dezembro de 1997, e suas alterações posteriores, situado na Rua Franco Ribeiro, n.º 77 – 2º andar – Centro – Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ n.º 02.405.085/0001-13, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Decreto n.º 8.746, de 05 de Abril de 2018, o Senhor, **MOISÉS DINIZ LIMA**, brasileiro, casado, professor, portador do documento de identidade n.º 247927 SSP/AC e do CPF n.º 195.891.072-49, residente e domiciliado neste município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI**, inscrita no CNPJ: **07.134.755/0001-28**, com sede na Rua Djalma Dutra, 1301, Bairro 25 de Agosto – Cruzeiro do Sul-Acre, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. **JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 219.740.552-72, RG n.º 332607 SSP/RO, residente e domiciliado na Rua Djalma Dutra, 1301, Bairro 25 de Agosto – Cruzeiro do Sul-Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação n.º 049/2018**, com fundamento na Lei 8.666/1993, aplicando subsidiariamente a Lei n.º 8.078, de 11/09/90 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas regulamentares aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Contratação de empresa para Prestação de Serviços Terceirizados de Vigilância Desarmada Noturna e diurna 12 x 36 horas, incluindo sábados, domingos e feriados, destinados a atender o Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento de Rio Branco – Acre.

Item	Serviço	Quant. De Postos	Valor Unit. R\$	Valor Mensal R\$	Valor Semestral R\$
01	Vigilância desarmada diurna 12 x 36	04	8.629,00	34.516,00	207.096,00
02	Vigilância desarmada Noturno 12 x 36	15	11.272,00	169.080,00	1.014.480,00
03	Vigilância desarmada escala 44horas (sábados, domingos e feriados).	01	4.315,00	4.315,00	25.890,00
Valor Total da Contratação R\$				207.911,00	1.247.466,00



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados sob a forma de Execução Indireta, no regime de preço unitário por item, pelo critério de menores preços, nos locais indicados pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente à prestação do serviço.

A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável e comprovação da regularidade junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal.

- É vedada a antecipação de pagamento.

a) O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA na instituição por ela indicada.

b) Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios:

c) apresentação de nota fiscal ou fatura, conforme Projeto Básico e Proposta.

d) verificação da regularidade fiscal da Contratada quanto às certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na Habilitação em cada sítio correspondente ou no SICAF, quais sejam:

I. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;

II. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

III. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;

IV. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

V. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

VI. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.

VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, Lei 12.440/2011.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do contrato será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços será na Cidade de Rio Branco nos locais abaixo:

Local	Postos	Endereço
ETA I	Posto diurno e noturno	Estrada da Sobral, 3357 - Airton Sena
ETA CAPTAÇÃO	Posto Noturno	BR 364 Via Verde
ETA II	Posto diurno e noturno	Estrada da Sobral s/n
ETE CONQUISTA	Posto diurno sábado, domingo e feriados	Rua José Magalhães - Santa Quitéria
CENTRO DE	Posto Noturno	Rua A nº 160 - Palheiral



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

RESERVAÇÃO CENTRAL		
CENTRO DE RESERVAÇÃO PLACAS	Posto Noturno	Estrada de Porto Acre s/n – Alto Alegre
CENTRO DE RESERVAÇÃO FLORESTA	Posto Noturno	Estrada do Calafate nº 1119 – Calafate
DEPASA/JUDIA	Posto Noturno	Rua Sanacre nº 891 – Santa Inês
DEPASA/SEDE ADM	Posto diurno e noturno	Rua Dr. Franco Ribeiro, 77 – Centro
Portal da Amazônia	Posto Noturno	Av Paulo Lemos de Moura Leite – Portal da Amazônia
ETE REDENÇÃO	Posto diurno e noturno	Estrada do Quixadá
SANTO AFONSO	Posto Noturno	Rua Alcides Texeira s/n Santo Afonso
CENTRO DE RESERVAÇÃO SÃO FRANCISCO	Posto Noturno	Estrada São Francisco
ETE CIDADE DO POVO	Posto Noturno	Cidade do Povo
ETE SÃO FRANCISCO	Posto Noturno	Estrada São Francisco

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor mensal do presente contrato é de **R\$ 207.911,00** (Duzentos e Sete Mil, Novecentos e Onze Reais) perfazendo um total geral estimado para 180 dias de **R\$ 1.247.466,00** (Um Milhão, Duzentos e Quarenta e Sete Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do **Programa de Trabalho: 754.203.17.122.2269.2724.0000** – Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras do DEPASA; **754.203.17.512.1122.2907.0000** – Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras do DEPASA RIO BRANCO; **Elemento de Despesa: 33.90.37.00** – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - PJ; **Fonte de Recurso: 100** (Recursos Próprios - OGE) e **700** (Recursos Próprios das Indiretas).

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, emitindo relatório sobre a qualidade dos serviços prestados mensalmente;
- Atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de comunicação à CONTRATADA;
- Indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos serviços;
- Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;
- Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações;
- Cumprir suas obrigações estabelecidas neste contrato;
- Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a serem solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de Servidor da SEME ou de pessoas previamente designadas exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

- j. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Termo após o cumprimento das formalidades legais;
- k. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- l. Não exigir dos empregados da CONTRATADA, serviços diferentes dos específicos do Contrato, sob pena de arcar com as consequências que advirem a si, à CONTRATADA e a terceiros;
- m. Informar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, das previstas na IN MPOG Nº 05/2017 e suas alterações, observar ainda as previstas na Lei 7.102 de 20 de junho de 1.983 e suas alterações, são obrigações do Contratado:

- 1. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, resultantes da execução dos serviços, não transferindo para a CONTRATANTE, em caso de inadimplência, a responsabilidade por tais pagamentos;
- 2. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas com nível de instrução compatível às funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho e que não demonstrem posturas incorretas e vícios que possam comprometer a educação dos alunos, seguindo as normas, deveres e rotina de trabalho a ser executada;
- 3. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir, notavelmente, o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão ser capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor/fiscal da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;
- 4. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;
- 5. Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços;
 - a. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
 - b. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;
 - c. Preservar e manter a CONTRATANTE a margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.
 - d. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do DEPASA;
 - e. Registrar e controlar, juntamente com o preposto do DEPASA, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
 - f. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
 - g. Efetuar o pagamento de salários, integralmente de acordo com os prazos legais;
 - h. A CONTRATADA deverá conceder férias, licenças, entre outros a seus funcionários à disposição das unidades atendidas, sem prejuízo aos serviços e da indicação de substitutos durante as férias dos titulares dos postos sem ônus para a Contratante.
 - i. Fornecer Livro de registro para eventuais ocorrências;



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

- j. A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, o afastamento imediato de qualquer empregado da CONTRATADA que revele inaptidão para o serviço, crie embaraços as atividades das unidades atendidas ou que não mereça a sua confiança, seja inconveniente ou não se conduza de forma a cumprir com as funções que lhe forem atribuídas.
- k. A CONTRATADA não poderá afastar funcionário seu, colocado à disposição da CONTRATANTE, sem comunicado prévio.
- l. A CONTRATADA será responsável pelo desaparecimento de bens materiais que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, nos termos do art. 70, da Lei 8.666/93.
- m. A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante execução dos serviços contratados, inclusive os que resultarem do uso da força.
- n. A CONTRATADA arcará com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorárias advocatícias, resultantes de ações judiciais a que a CONTRATANTE for compelida a responder, caso os serviços prestados e equipamentos utilizados, violem direitos de terceiros.
- o. A CONTRATADA responsabiliza-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados ou terceiros nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste contrato, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.
- p. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na CLT, no que concerne à Contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos neste Projeto Básico;
- q. Incluir na proposta de preços a ser apresentada, as despesas e custos com os profissionais e encarregados, assim como demais despesas com treinamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, e todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos sociais) e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste termo de referência e edital.
- r. Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, substituindo-os imediatamente em caso de falta não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- s. Preservar e manter a CONTRATANTE a margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.
- t. Encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias de suas formalizações cópias das Convenções Coletivas da categoria;
6. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a Secretaria Municipal de Educação, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
7. Responsabilizar-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados, durante a execução dos serviços;
8. Manter Registro de Frequência para seus empregados, que será fiscalizado pela Divisão de Recursos Humanos do DEPASA;
9. Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
10. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, nos termos do Art. 65 da Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações;



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§1º Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, até o limite de 6% (seis por cento), calculado sobre o valor montante do produto em atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no § 1º do art. 86, da Lei Federal nº. 8.666/93, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;

§2º Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 2% (dois por cento) do valor do objeto do contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);

- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso 4º do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93.

§3º As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra “b”, nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

§4º Para aplicação da sanção prevista na letra “d” será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

§5º A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 78, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 79, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e de seus aditamentos no DOE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS



Governo do Estado do Acre
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO-DEPASA

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos casos omissos neste termo contratual, serão aplicados os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo com 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Rio Branco/AC, 23 de Julho de 2018.



MOISES DINIZ LIMA

Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento – DEPASA
Contratante



JOAZ SOARES DE OLIVEIRA
Inviacre Segurança
Contratante

Joaz Soares de Oliveira
CPF: 219.740.552-72

Testemunhas:

1-

CPF: 670.554.082-20

2-

CPF: 512.091.102-10



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
URBANO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E SANEAMENTO
Rua Franco Ribeiro, 77, Centro, CEP: 69.900-082, Rio Branco/AC - Fone (68) 3223 1579

CONTRATO Nº. 011.2019-A

TERMO DE CONTRATO, QUE
ENTRE SI CELEBRAM, O
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
ÁGUAS E SANEAMENTO – DEPASA
E A EMPRESA INVIACRE
SEGURANÇA LTDA, na forma
abaixo:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AGUA E SANEAMENTO – DEPASA, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei n.º 1.248, de 04 de dezembro de 1997, e suas alterações posteriores, situado na Rua Franco Ribeiro, n.º 77 – 2º andar – Centro – Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ n.º 02.405.085/0001-13, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Decreto n.º 068, de 08 de Janeiro de 2019, o Senhor, **JOSENIL COSTA CHAVES**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do documento de identidade n.º 188510 SSP/ACe do CPF n.º 308.367.432-53, residente e domiciliado neste município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **INVIACRE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ: **07.134.755/0001-28**, com sede na Rua Djalma Dutra, n.º 1301, 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul - Acre, neste ato representado pelo Sr. **JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 219.740.552-72, RG n.º 332607 SSP/RO, residente e domiciliado na Rua Djalma Dutra, n.º 1301, 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul - Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação n.º 003/2019**, com fundamento na Lei 8.666/1993, aplicando subsidiariamente a Lei n.º 8.078, de 11/09/90 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas regulamentares aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Contratação de empresa para Prestação de Serviços Terceirizados de Vigilância Desarmada Noturna e diurna 12 x 36 horas, incluindo sábados, domingos e feriados, destinados a atender o Departamento Estadual de Águas e Saneamento de Rio Branco – Acre.

Item	Serviço	Quant. de Postos	Valor Unit. RS	Valor Mensal RS	Valor Semestral RS
01	Vigilância desarmada diurna 12 x 36	4	8.914,28	35.657,12	213.942,72
02	Vigilância desarmada Noturno 12 x 37	15	10.575,00	158.625,00	951.750,00
03	Vigilância desarmada	1	5.031,90	5.031,90	30.191,40



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
URBANO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E SANEAMENTO
Rua Franco Ribeiro, 77, Centro, CEP: 69.900-082, Rio Branco/AC - Fone (68) 3223 1579

A vigência do contrato será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua assinatura, não sendo possível a prorrogação contratual em virtude de tratar-se de contratação emergencial.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DA PRESTALÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços será na Cidade de Rio Branco nos locais abaixo:

Local	Postos	Endereço
ETA I	Posto diurno e noturno	Estrada da Sobral, 3357 – Airton Sena
ETA CAPTAÇÃO	Posto Noturno	BR 364 Via Verde
ETA II	Posto diurno e noturno	Estrada da Sobral s/n
ETE CONQUISTA	Posto diurno sábado, domingo e feriados	Rua José Magalhães – Santa Quitéria
CENTRO DE RESERVAÇÃO CENTRAL	Posto Noturno	Rua A nº 160 – Palheiral
CENTRO DE RESERVAÇÃO PLACAS	Posto Noturno	Estrada de Porto Acre s/n – Alto Alegre
CENTRO DE RESERVAÇÃO FLORESTA	Posto Noturno	Estrada do Calafate nº 1119 – Calafate
DEPASA/JUDIA	Posto Noturno	Rua Sanacre nº 891 – Santa Inês
DEPASA/SEDE ADM	Posto diurno e noturno	Rua Dr. Franco Ribeiro, 77 – Centro
Portal da Amazônia	Posto Noturno	Av Paulo Lemos de Moura Leite – Portal da Amazônia
ETE REDENÇÃO	Posto diurno e noturno	Estrada do Quixadá
SANTO AFONSO	Posto Noturno	Rua Alcides Texeira s/n Santo Afonso
CENTRO DE RESERVAÇÃO SÃO FRANCISCO	Posto Noturno	Estrada São Francisco
ETE CIDADE DO POVO	Posto Noturno	Cidade do Povo
ETE SÃO FRANCISCO	Posto Noturno	Estrada São Francisco

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor mensal do presente contrato é de **R\$ 199.314,02** (cento e noventa e nove mil trezentos e quatorze reais e dois centavos) perfazendo um total geral estimado para 180 dias de **R\$ 1.195.884,12** (Um milhão, cento e noventa e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e doze centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do **Programa de Trabalho: 854.203.17.122.2269.2724.0000** – Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras do DEPASA; **854.203.17.512.1122.1780.0000** – Conservação, Manutenção e Controle de Perdas dos Sistemas de Abastecimento de Água dos Municípios do Interior;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
URBANO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E SANEAMENTO

Rua Franco Ribeiro, 77, Centro, CEP: 69.900-082, Rio Branco/AC - Fone (68) 3223 1579

incorretas e vícios que possam comprometer a educação dos alunos, seguindo as normas, deveres e rotina de trabalho a ser executada;

3. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir, notavelmente, o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão ser capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor/fiscal da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;
4. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;
5. Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços;
 - a. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
 - b. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;
 - c. Preservar e manter a CONTRATANTE a margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.
 - d. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do DEPSA;
 - e. Registrar e controlar, juntamente com o preposto do DEPSA, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
 - f. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
 - g. Efetuar o pagamento de salários, integralmente de acordo com os prazos legais;
 - h. A CONTRATADA deverá conceder férias, licenças, entre outros a seus funcionários à disposição das unidades atendidas, sem prejuízo aos serviços e da indicação de substitutos durante as férias dos titulares dos postos sem ônus para a Contratante.
 - i. Fornecer Livro de registro para eventuais ocorrências;
 - j. A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, o afastamento imediato de qualquer empregado da CONTRATADA que revele inaptidão para o serviço, crie embaraços as atividades das unidades atendidas ou que não mereça a sua confiança, seja inconveniente ou não se conduza de forma a cumprir com as funções que lhe forem atribuídas.
 - k. A CONTRATADA não poderá afastar funcionário seu, colocado à disposição da CONTRATANTE, sem comunicado prévio.
 - l. A CONTRATADA será responsável pelo desaparecimento de bens materiais que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, nos termos do art. 70, da Lei 8.666/93.
 - m. A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante execução dos serviços contratados, inclusive os que resultarem do uso da força.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
URBANO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E SANEAMENTO

Rua Franco Ribeiro, 77, Centro, CEP: 69.900-082, Rio Branco/AC - Fone (68) 3223 1579

prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no § 1º do art. 86, da Lei Federal nº. 8.666/93, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;

§2º Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 2% (dois por cento) do valor do objeto do contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso 4º do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93.

§3º As sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra "b", nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

§4º Para aplicação da sanção prevista na letra "d" será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

§5º A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 78, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 79, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e de seus aditamentos no DOE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS